



Ata nº 028 da Sessão Ordinária nº 028, de
14 de maio de 2013.

1 Às nove horas do dia quatorze de maio de dois mil e treze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do
2 Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do
3 Conselheiro **CEZAR COLARES**, presentes os Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES, ROSA HAGE, MARA LÚCIA**
4 **ANTÔNIO JOSÉ e JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; Ausência justificada do Conselheiro, **DANIEL LAVAREDA** bem
5 como a presença da Procuradora do Ministério Público junto ao TCM-PA, **MARIA INEZ GUEIROS**, reuniu-se o
6 Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos
7 termos do artigo 29 do Regimento Interno desta Corte. Convocado o Auditor Sérgio Dantas para proposição de
8 voto, nos termos da Resolução nº 10.249/2011. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em
9 que assim se manifestou: "havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos
10 neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria". Houve votação e
11 aprovação da Ata da Sessão nº 026/13. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento
12 em que foram anunciados os processos. **Processo nº 790012009-00; Prefeitura Municipal de São**
13 **Miguel do Guamá**; Prestação de Contas de Governo; Responsável Vildemar Rosa Fernandes; Auditor
14 Alexandre Cunha e 5ª Controladoria; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro
15 Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 32.394, de 10.05.2013.** Retirado de Pauta. **Processo nº**
16 **790012009-00; Prefeitura Municipal de São Miguel do Guamá**; Prestação de Contas – 2009 de Gestão;
17 Responsável Vildemar Rosa Fernandes; Auditor Alexandre Cunha e 5ª Controladoria; Procuradora - Chefe
18 Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 32.394, de**
19 **10.05.2013.** Retirado de Pauta. **Processo nº 1200012001-00; Prefeitura Municipal de Palestina do**
20 **Pará**; Prestação de Contas – 2001; Responsável Valciney Ferreira Gomes; 2ª Controladoria; Procuradora Maria
21 Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.394, de 10.05.2013.**
22 Retirado de pauta. **Processo nº 350022009-00; Câmara Municipal de Irituia**; Prestação de Contas –
23 2009; Responsável Waldemir Oliveira da Costa; 5ª Controladoria; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da
24 Silva; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 32.394, de 10.05.2013.** Retirado de
25 Pauta. **Processo nº 850022009-00; Câmara Municipal de Vigia**; Prestação de Contas Anuais de Gestão;
26 Responsável Mauro Alexandre dos Santos Souza; 5ª Controladoria; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da
27 Silva; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 32.394, de 10.05.2013.** Retirado de
28 Pauta. Em seguida, houve a inversão da pauta, com o julgamento do processo nº 10: **Processo nº**
29 **750052005-00; Fundo Municipal de Assistência Social de São Domingos do Capim**; Prestação de
30 Contas – 2005; Responsável Maria Catarina das Neves Melo; 3ª Controladoria; Procuradora – Chefe Elisabeth
31 Salame da Silva; Relator - Auditor Convocado Sérgio Franco Dantas/Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no**
32 **DOE nº 32.394, de 10.05.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
33 posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em**
34 **discussão.** O Auditor proferiu sua proposição de **VOTO**: "pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de
35 Assistência Social de São Domingos do Capim, exercício de 2005, de responsabilidade da Sra. Maria Catarina das Neves
36 Melo, face a permanência das seguintes falhas: 1 – Remessa da Prestação de Contas do 1º e 3º Quadrimestres fora dos
37 prazos regimentais; 2 – Não remessa do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social referente ao 3º
38 Quadrimestre/2005; 3 – Não remessa das folhas de pagamento referente aos valores pagos à Secretaria Municipal de
39 Assistência Social; 4 – Lançamento da Conta Agente Ordenador no valor de R\$7.688,77 (sete mil, seiscentos e oitenta e
40 oito reais e setenta e sete centavos), resultante da divergência de saldo proveniente do exercício anterior; 5 – Não
41 remessa do Termo de Conferência de Caixa e Extratos Bancários do mês de dezembro/2005; 6 – Não remessa da Relação
42 de Inscrição de Restos a Pagar no valor de R\$5.618,47 (cinco mil, seiscentos e dezoito reais e quarenta e sete centavos),
43 com recolhimento aos Cofres Públicos Municipais do montante de R\$-7.688,77 (sete mil seiscentos e oitenta e oito reais e



setenta e sete centavos), resultante da conta "Agente Ordenador" e multa ao FUMREAP com fulcro no artigo 3º, III da Lei nº 7.368/2009 no valor de R\$1.000,00 (hum mil reais), nos termos do artº 120-B,II do RI/TCM/PA, em razão da remessa da prestação de contas fora dos prazos regimentais e não remessa dos extratos bancários e do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social". **Em votação:** A Conselheira Mara Lúcia ratificou a proposição de voto apresentada, porém divergiu e excluiu a aplicação de multa ao FUMREAP. O Conselheiro Antônio José, o Conselheiro Aloísio Chaves, a Conselheira Rosa Hage e o Conselheiro Cezar Colares acompanharam a proposição de voto do Relator. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de São Domingos do Capim, exercício financeiro de 2005, de responsabilidade da Sra. Maria Catarina das Neves Melo, com recolhimento aos Cofres Públicos Municipais do montante de R\$-7.688,77 (sete mil seiscentos e oitenta e oito reais e setenta e sete centavos), resultante da conta "Agente Ordenador". Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo nº 29: **201219600-00; Prefeitura Municipal de Alenquer; Subsídio – 2013, Lei Municipal nº 910/2012, em 29.08.12, que fixa os subsídios do Prefeito, Vice-prefeito e Secretários Municipais para a legislatura 2013/2016; Interessado – João Damasceno Filgueiras; Relatora - Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao cadastro da Lei Municipal nº 910/2012. A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastro da Lei Municipal nº 910/2012, encaminhada pela Prefeitura Municipal de Alenquer, que fixou os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais para a legislatura 2013-2016, nos valores de R\$-16.000,00 (dezesesseis mil reais); R\$-11.200,00 (onze mil e duzentos reais) e R\$-5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais), respectivamente, com a fixação de multa pela não observância do prazo legal para encaminhamento do Ato ao Tribunal, nos termos do inciso IV, do art. 120-B, do RITCM-PA no valor de R\$-3.001,00 (três mil e um reais), em desfavor do então Prefeito Municipal, Ordenador responsável pelo encaminhamento, no exercício de 2012, a qual deverá ser imputada na competente prestação de contas do exercício, oportunizando-se, desta forma, o contraditório e a ampla defesa, a quando da citação do mesmo, conforme previsto no art. 120-D, do RITCM-PA. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201219852-00; Câmara Municipal de Curuá; Diária Resolução nº 03/2012, aprovada em 24.09.12, que fixa o valor das diárias dos Vereadores; Interessado – Givanildo Picanço Marinho; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora - Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao cadastro da Resolução. A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastro da Resolução nº 03/2013, aprovada em 24.09.12, pela Câmara Municipal de Curuá, que fixou o valor das diárias de viagem dos Vereadores para a legislatura que se iniciou em 01.01.13. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201300530-00; Câmara Municipal de São Miguel do Guamá; Resolução nº 004/2013, que fixou as diárias dos Vereadores; Interessado – Paulo Luis Rodrigues Nunes; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora - Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao cadastro da Resolução. A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Resolução nº 004/2013, aprovada em 10.01.13, pela Câmara Municipal de São Miguel do Guamá, que fixou o valor das diárias de viagem dos Vereadores para a legislatura que se iniciou em 01.01.13. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo nº 14: **Processo nº 1030022005-00 – 201010942-00; Câmara Municipal de São João de**



88 **Pirabas;** Outros; Voto Vista Sessão Realizada 09.04.2013; Responsável Afonso Paulo Rodrigues dos Santos;
89 Procuradora Maria Regina Cunha; Relator – Conselheiro Cezar Colares – VOTO VISTA da Conselheira Mara
90 Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental a Conselheira Mara Lúcia proferiu seu **VOTO VISTA:** "acompanho na
91 integralidade o Voto do Ilustre Relator, para conhecer do recurso e modificar a decisão pretérita, aprovando com ressalva a
92 prestação de contas, em função da não apropriação dos encargos patronais no exercício, condicionando, desta forma, a
93 expedição do correspondente Alvará de Quitação, no valor de R\$ 250.084,82 (duzentos e cinquenta mil, oitenta e quatro
94 reais e oitenta e dois centavos), ao recolhimento da multa imposta de R\$ 1.000,00 (mil reais), a ser recolhida ao
95 FUMREAP, sob a responsabilidade do Sr. Afonso Paulo Rodrigues dos Santos" **Em votação:** O Conselheiro Antônio
96 José e a Conselheira Rosa Hage acompanharam o Relator na Sessão do dia 09.04.2013. O Conselheiro José
97 Carlos Araújo e o Conselheiro Aloísio Chaves encontravam-se ausentes na Sessão do dia 09.04.13. A
98 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, acompanhando o voto do Relator, decidiu
99 pelo conhecimento e provimento total do Recurso, modificando a decisão desta Corte que rejeitou as contas
100 da Câmara Municipal de São João de Pirabas, exercício de 2005, aprovando-a com ressalva, que se configura
101 na manutenção da multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) a ser recolhida ao FUMREAP, pela não apropriação dos
102 encargos patronais. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a
103 inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 7: **Processo nº 420022003-00; Câmara**
104 **Municipal de Marabá; Prestação de Contas – 2003; Responsável Júlia Maria Ferreira Rosa; 4ª Controladoria;**
105 **Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº**
106 **32.394, de 10.05.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
107 dos autos e manifestou-se pela aprovação da contas, com ressalva, sem prejuízo da aplicação de multa pela
108 incorreta apropriação de encargos patronais. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator
109 proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação
110 das contas, com expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-3.626.592,44 (três milhões, seiscentos e
111 vinte e seis mil, quinhentos e noventa e dois reais e quarenta e quatro centavos). Ausência, por ocasião de
112 votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Aloísio Chaves. **1410022010-00; Câmara**
113 **Municipal de Quatipuru; Prestação de Contas anuais de Gestão; Responsável Raimundo Reis da Silva; 4ª**
114 **Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado**
115 **no DOE nº 32.394, de 10.05.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
116 posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com ressalva. A matéria foi colocada
117 **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
118 **unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas da Câmara Municipal de Quatipuru, exercício de 2010, com
119 expedição do Alvará de Quitação, no valor de R\$-506.149,44 (quinhentos e seis mil, cento e quarenta e nove
120 reais e quarenta e quatro centavos). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do
121 Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, o Conselheiro José Carlos Araújo assumiu a Presidência da
122 Sessão. **Processo nº 0514112007-00; Fundo Municipal de Saúde de Óbidos; Prestação de Contas –**
123 **2007; Responsável Ana Elza de Andrade Tavares; 4ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha;**
124 **Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.394, de 10.05.2013.** Cumprindo
125 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não
126 aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A
127 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do
128 Fundo Municipal de Saúde de Óbidos, exercício de 2007, com recolhimento aos Cofres do Município, no prazo
129 de quinze (15) dias, da quantia de R\$-14.878,21 (quatorze mil, oitocentos e setenta e oito reais e vinte e um
130 centavos) referente ao Agente Ordenador, originado por diferença no saldo do exercício anterior, sem prejuízo
131 de encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Em seguida, houve a inversão de pauta

com o julgamento do processo nº 6: **Processo nº 1150022001-00; Câmara Municipal de Ipixuna do Pará; Prestação de Contas ;Responsável Lúcio Tavares de Oliveira; 2ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.394, de 10.05.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com recolhimento e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela aprovação, com ressalva, das contas da Câmara Municipal de Ipixuna do Pará, exercício de 200*". **Em votação**: O Conselheiro Aloísio Chaves e a Conselheira Rosa Hage acompanharam o Relator. A Conselheira Mara Lúcia pediu VISTA dos autos. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo nº 11: **Processo nº 0714732006-00; Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social de Santarém; Prestação de Contas – 2006; Responsável Ana Elvira de Mendonça Alho Teixeira; 4ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.394, de 10.05.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas da Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social de Santarém, exercício de 2006, com expedição do Alvará de Quitação, no valor de R\$-2.017.620,17 (dois milhões, dezessete mil, seiscentos e vinte reais e dezessete centavos). **Processo nº 201204725-00; Prefeitura Municipal de Água Azul do Norte; Recurso de Revisão - Resolução Nº 10.177, de 18.10.2011(Prestação de Contas de 2005); Responsável Renan Lopes Souto; 2ª Controladoria; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.394, de 10.05.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento do Recurso de Revisão que alterou o teor da Resolução nº 10.177/11 no sentido de emitir parecer prévio favorável a aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Água Azul do Norte – exercício de 2005. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento total do Recurso de Revisão para reformar a decisão no sentido de emitir parecer prévio favorável a aprovação das contas da Prefeitura do Município, exercício de 2005, de responsabilidade de Renan Lopes Souto. **Processo nº 201115291-00 – 170012006-00; Prefeitura Municipal de Bragança; Recurso de Reconsideração - Resolução Nº 10.078, de 30.06.2011 (Prestação de Contas de 2006); Responsável Edson Luiz de Oliveira; 2ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.394, de 10.05.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e não provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso para reformar o julgamento, traduzido na Resolução nº 10.078, no sentido de emitir parecer prévio favorável a aprovação das contas, recomendando à Câmara Municipal de Bragança a aprovação das contas da Prefeitura daquele Município, exercício de 2006, de responsabilidade de Edson Luiz De Oliveira, mantendo-se a multa referente a remessa intempestiva dos 2º e 3º quadrimestres do RGF, porém reduzida para 5% dos subsídios anuais do Recorrente, no valor de R\$-6.000,00 (seis mil reais). **Processo nº 201208351-00; Câmara Municipal de Novo Progresso; Recurso de Revisão - Acórdão Nº 18.965, de 13.10.2009 (Prestação de Contas de 2005); Responsável Adécio Piran; 2ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.394, de 10.05.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso de Revisão para alterar o teor do Acórdão

176 nº 18.965 e excluir da condenação as letras "a" e "c" do item I, face o recolhimento de R\$-23.782,92
177 (pagamento a maior aos Vereadores) e R\$-2.500,00 (conta "Agente Ordenador"), mantendo-se os demais
178 termos pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu
179 seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e
180 provimento do Recurso de Revisão que reformou o julgamento deste Plenário, no sentido de aprovar as contas
181 da Câmara Municipal de Novo Progresso, exercício de 2005, de responsabilidade de Adécio Piran, com a
182 exclusão das multas. **Processo nº 201008460-00; Fundação Cultural do Município de Belém –**
183 **FUMBEL; Prestação de Contas do Convênio nº 024/2010 - FUMBEL, firmado com a Prefeitura Municipal de**
184 **Belém, através da Fundação Cultural do Município de Belém-FUMBEL e Liga dos Blocos e Escolas de Samba de**
185 **Icoaraci – LIBESI; Responsável Ricardo Nogueira de Souza; 2ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da**
186 **Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou
187 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação da prestação de contas do Convênio. A matéria
188 foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O
189 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 024/2010, de responsabilidade
190 do Sr. Ricardo Nogueira de Souza, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-7.350,00 (sete mil,
191 trezentos e cinquenta reais). Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº**
192 **201112725-00; Firmado com a Prefeitura Municipal de Belém, através da Fundação Cultural do**
193 **Município de BELÉM - FUMBEL e Liga dos Blocos e Escolas de Samba de Icoaraci - LIBESI; Prestação de**
194 **Contas do Termo de Compromisso nº 536/2011 – FUMBEL; Responsável Miguel Gustavo Carvalho Brasil Cunha;**
195 **2ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº**
196 **32.394, de 10.05.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
197 dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro
198 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
199 aprovação das contas do Termo de Compromisso nº 536/2011-Apoio Esportivo, de responsabilidade de Miguel
200 Gustavo Carvalho Brasil Cunha, com expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-20.000,00 (vinte mil
201 reais). Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201116604-00; Firmado**
202 **entre a Prefeitura Municipal de Belém, através da Fundação Cultural do Município de Belém - FUMBEL e**
203 **Maria do Carmo Paixão Teixeira; Prestação de Contas do Termo de Compromisso Nº 043/2011 – FUMBEL;**
204 **Responsável Maria do Carmo Paixão Teixeira; 2ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator -**
205 **Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.394, de 10.05.2013.** Cumprindo dispositivo
206 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das
207 contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
208 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Termo de
209 Compromisso nº 043/2011-Apoio Esportivo, de responsabilidade de Maria do Carmo Paixão Teixeira, com
210 expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-10.000,00 (dez mil reais). Ausência, por ocasião de votação,
211 da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201218211-00; Firmado entre a Prefeitura Municipal de**
212 **Belém, através da Fundação Cultural do Município de Belém e Maria do Carmo Paixão Teixeira; Prestação de**
213 **Contas do Termo de Compromisso nº 017/2012 – FUMBEL; Responsável Maria do Carmo Paixão Teixeira; 2ª**
214 **Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE**
215 **nº 32.394, de 10.05.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
216 posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em**
217 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**
218 **unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Termo de Compromisso nº 017/2012-Apoio Esportivo, de
219 responsabilidade de Maria do Carmo Paixão Teixeira, com expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$

13.000,00 (treze mil reais). Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201218799-00; Firmado entre a Prefeitura Municipal de Belém**, através da Fundação Cultural do Município de Belém e Magno Antônio Santos dos Santos; Prestação de Contas do Termo de Compromisso nº 092/2012 – FUMBEL; Responsável Magno Antônio Santos dos Santos; 2ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.394, de 10.05.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Termo de Compromisso nº 092/2012-Apoio Esportivo, de responsabilidade de Magno Antônio Santos dos Santos, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-6.000,00 (seis mil reais). Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201213917-00; Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba**; Aposentadoria Portaria nº 069/2012, de 10.08.2012; Interessada Deusalina de Oliveira Ribeiro; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora - Conselheira Rosa Hage. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro da Portaria. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 069/2012, de 10 de agosto de 2012, que tratou da aposentadoria voluntária por tempo de contribuição da Sra. Deusalina de Oliveira Ribeiro, no cargo de Auxiliar Operacional 01, fundamentada no art. 6º da EC 41/03, com proventos mensais integrais de R\$-808,60 (oitocentos e oito reais e sessenta centavos). Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201214740-00; Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba**; Aposentadoria Portaria nº 073/2012, de 28.08.2012; Interessada Maria Laide dos Santos Costa; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora - Conselheira Rosa Hage. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro da Portaria. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 073/2012, de 28 de agosto de 2012, que tratou da aposentadoria voluntária por tempo de contribuição da Sra. Maria Laide dos Santos Costa, no cargo de Professor Nível Especial – Magistério, fundamentada no art. 6º da EC 41/03, com proventos mensais integrais de R\$-1.315,17 (hum mil, trezentos e quinze reais e dezessete centavos). Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201116596-00; Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Ananindeua**; Aposentadoria - Portaria Nº 113/2011, de 30.09.2011; Interessada Gisele Socorro Oeiras Ferreira; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Rosa Hage. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro da Portaria. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 113/2011, de 30 de setembro de 2011, que tratou da aposentadoria voluntária da Sra. Gisele Socorro Oeiras Ferreira, no cargo de Professor Nível I, fundamentada no art. 6º da EC nº 41/03, com proventos mensais integrais de R\$-2.042,93 (dois mil, quarenta e dois reais e noventa e três centavos). Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201120056-00; Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Ananindeua**; Aposentadoria Portaria Nº 146/2011, de 01.12.2011; Interessada Marlucia Cardoso Lima de Moraes; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Rosa Hage. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro da Portaria. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 146/2011,



de 01 de dezembro de 2011, que tratou da aposentadoria voluntária da Sra. Marlucia Cardoso Lima de Moraes, no cargo de Professor Nível I, fundamentada no art. 6º da EC nº 41/03, com proventos mensais integrais de R\$-1.089,56 (hum mil, oitenta e nove reais e cinquenta e seis centavos). Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201202868-00; Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Ananindeua;** Aposentadoria Portaria nº 021/2012, de 01.02.2012; Interessado – Raimunda Suely Cunha da Silva; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora – Rosa Hage. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro da Portaria. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 021/2012, de 01 de fevereiro de 2012, que tratou da aposentadoria voluntária da Sra. Raimunda Suely Cunha da Silva, no cargo de Professor Nível III, fundamentada no art. 6º da EC nº 41/03, com proventos mensais integrais de R\$-1.652,51 (hum mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e um centavos). Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201202882-00; Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Ananindeua;** Aposentadoria Portaria Nº 024/2012, de 01.02.2012; Interessado – Alice Cordovil Monteiro; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora – Conselheira Rosa Hage. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro da Portaria. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 024/2012, de 01 de fevereiro de 2012, que tratou da aposentadoria voluntária da Sra. Alice Cordovil Monteiro, no cargo de Auxiliar Municipal, fundamentada no art. 40, § 1º, inciso III, alínea 'b' da CF/88, com proventos mensais proporcionais de R\$-622,00 (seiscentos e vinte e dois reais), sofrendo este valor atualização automática, face o salário mínimo vigente. Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201204381-00; Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Ananindeua;** Aposentadoria Portaria Nº 035/2012, de 01.03.2012; Interessado – Georgina de Fátima Silva dos Santos; Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relatora – Conselheira Rosa Hage. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro da Portaria. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 035/12, de 01 de março de 2012, que tratou da aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, da Sra. Georgina de Fátima Silva dos Santos, no cargo de Professor Nível III, fundamentada no art. 6º da EC nº 41/03, com proventos mensais integrais no valor de R\$-1.652,51 (hum mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e um centavos). Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201204384-00; Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Ananindeua;** Aposentadoria Portaria Nº 036/2012, de 01.03.2012; Interessado – Vera Maria Barbosa Pereira; Procuradora Maria Inez Gueiros ; Relatora – Conselheira Rosa Hage. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro da Portaria. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria n. 036/2012, de 01 de março de 2012, que tratou da aposentadoria voluntária da Sra. Vera Maria Barbosa Pereira, no cargo de Auxiliar Municipal, fundamentada no art. 6º da EC 41/03, com proventos mensais integrais de R\$808,60 (oitocentos e oito reais e sessenta centavos). Ausência da Conselheira Mara Lúcia por ocasião de votação. **Processo nº 201216763-00; Câmara Municipal de Anajás;** Subsídio – 2012 Resolução nº 002/2012, que fixa a remuneração do Prefeito, Vice-prefeito, Vereadores e Outros; Interessado – Elter Fernandes Baia; Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator –

308 Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
309 dos autos e manifestou-se favoravelmente ao cadastro da Resolução nº 002/2012. A matéria foi colocada **em**
310 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
311 **unanimidade,** decidiu pelo cadastramento, com ressalvas, da Resolução nº 002/2012 que fixou os subsídios
312 dos Vereadores de Anajás em R\$-6.000,00 (seis mil reais), inclusive o do Presidente da Câmara, não
313 permitindo acréscimos de gratificações, adicionais, abonos, prêmios, verbas de representação ou qualquer
314 outra parcela com caráter remuneratório, para a legislatura 2013/2016, com a retirada da eficácia dos arts. 2º,
315 4º e 5º, incluindo o parágrafo único. Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Mara Lúcia. **Processo**
316 **nº 201021843-00; Prefeitura Municipal de Castanhal; Contrato de Locação de Imóvel; Interessado –**
317 **Hélio Leite da Silva; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.**
318 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
319 contrário ao cadastro do Contrato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu
320 **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pelo cadastramento do
321 Contrato de locação firmado entre a Prefeitura Municipal de Castanhal e o Sr. Antônio José Mendes da Silva,
322 sem prejuízo da juntada dos autos a respectiva prestação de contas. Ausência, por ocasião de votação, da
323 Conselheira Mara Lúcia e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201210038-00; Prefeitura**
324 **Municipal de Castanhal; Contrato de Locação de Imóvel; Interessado - Hélio Leite da Silva; Procuradora**
325 **Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o
326 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se contrário ao cadastro do contrato de
327 locação. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência
328 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pelo cadastro do contrato de locação firmado
329 entre a Prefeitura Municipal de Castanhal e a Sra. Maria das Graças Barros Ratz, sem prejuízo da juntada dos
330 autos a respectiva prestação de contas. Ausência da Conselheira Mara Lúcia por ocasião de votação. **Processo**
331 **nº 201210039-00; Prefeitura Municipal de Castanhal; Contrato de Locação de Imóvel; Interessado –**
332 **Hélio Leite da Silva; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator – Conselheiro Antônio José Guimarães.**
333 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
334 contrário ao cadastramento do Contrato de locação. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro
335 Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pelo
336 cadastramento do Contrato de locação firmado entre a Prefeitura Municipal de Castanhal e a Sra. Rosângela
337 Magaly Araújo da Mota, sem prejuízo da juntada dos autos à respectiva prestação de contas. Ausência, por
338 ocasião da votação, da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201210042-00; Prefeitura Municipal de**
339 **Castanhal; Contrato de locação de Imóvel; Interessado – Hélio Leite da Silva; Procuradora Maria Regina da**
340 **Cunha; Relator – Conselheiro José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou
341 seu posicionamento dos autos e manifestou-se contrário ao cadastramento do Contrato de locação. A matéria
342 foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O
343 Plenário, **à unanimidade,** decidiu pelo cadastramento do Contrato de locação firmado entre a Prefeitura
344 Municipal de Castanhal e a Sra. Maria do Socorro Cosmo Leal, sem prejuízo da juntada dos autos à respectiva
345 prestação de contas. Ausência, por ocasião da votação, da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº**
346 **201210052-00; Prefeitura Municipal de Castanhal; Contrato de Locação de Imóvel; Interessado – Hélio**
347 **Leite da Silva; Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.**
348 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
349 favoravelmente ao cadastramento do Contrato de locação. A matéria foi colocada **em discussão.** O
350 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,**
351 decidiu pelo cadastramento do Contrato de locação firmado entre a Prefeitura Municipal de Castanhal e o Sr.


Dino Raul Cavet, sem prejuízo da juntada dos autos à respectiva prestação de contas. Ausência, por ocasião da votação, da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201210053-00; Prefeitura Municipal de Castanhal; Contrato de Locação de Imóvel; Interessado – Hélio Leite da Silva; Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator – Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao cadastramento do Contrato de locação. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Contrato de locação firmado entre a Prefeitura Municipal de Castanhal e o Sr. Josimar Nascimento de Souza, sem prejuízo de juntada dos autos à respectiva prestação de contas. Ausência, por ocasião da votação, da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201210073-00; Prefeitura Municipal de Castanhal; Contrato de Locação de Imóvel; Interessado – Hélio Leite da Silva; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator – Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se contrário ao cadastramento do Contrato de locação. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Contrato de locação firmado entre a Prefeitura Municipal de Castanhal e a Sra. Maria de Lourdes Souza Queiroz, sem prejuízo de juntada dos autos à respectiva prestação de contas. Ausência, por ocasião da votação, da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201212407-00; Prefeitura Municipal de Castanhal; Contrato de Locação de Imóvel; Interessado – Hélio Leite da Silva; Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator – Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao cadastramento do Contrato de locação. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Contrato de locação firmado entre a Prefeitura Municipal de Castanhal e a Sra. Maria Lourdes Souza Queiroz, sem prejuízo da juntada dos autos à respectiva prestação de contas. Ausência, por ocasião da votação, da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201212409-00; Prefeitura Municipal de Castanhal; Contrato de Locação de Imóvel; Interessado – Hélio Leite da Silva; Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator – Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao cadastramento do Contrato de locação. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastro do Contrato de locação firmado entre a Prefeitura Municipal de Castanhal e a Sra. Jane Cleide de Magalhães Araújo, sem prejuízo de juntada dos autos à respectiva prestação de contas. Ausência, por ocasião da votação, da Conselheira Mara Lúcia. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA:** O Conselheiro José Carlos Araújo pediu a palavra para divulgar o trabalho realizado pela Controladoria do Conselheiro Aloísio Chaves, através do Controlador Alcimar Lobato e demais técnicos, sobre a confecção do Manual de Inspeção de Obras Públicas, já distribuído aos Gabinetes dos Conselheiros, e anunciou que providenciará cópias e mandará entregar às demais Controladorias para discussão e utilização por todo o Tribunal. O Conselheiro Aloísio Chaves agradeceu e solicitou que fosse compartilhado a todos o trabalho realizado pela Controladoria da Conselheira Rosa Hage a respeito da evolução do e-contas, já anteriormente apresentado aos Conselheiros. O Conselheiro José Carlos Araújo relatou que ainda não foi finalizado o trabalho, mas que irá providenciar junto ao Diretor Administrativo a aquisição dos equipamentos necessários para a finalização do processo. Em seguida, comunicou que não haverá Sessão nos dias 23 e 28 de maio, em razão dos encontros do Tribunal (Encontro Regional de Capacitação - 03 e 04), que serão realizados nos Municípios de Marabá e Paragominas. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS**




395 e **MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:** Após, a Presidência declarou **ENCERRADA** a presente Sessão, às
396 dez horas e trinta minutos da qual foi lavrada a presente Ata.
397 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em quatorze de maio de dois mil
398 treze.

Visto:


Hilda Maria Zulueth Centeno Normano
Secretária em exercício


Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**
Presidente da Sessão


Conselheiro Corregedor **Cezar Colares**
Presidente da Sessão